

**Área Temática:** Política Pública

**Medidas de Pobreza:  
Um Exercício sobre o Método Alkire-Foster (AF) em Silveira Martins - RS<sup>i</sup>**

Solange Regina Marin  
Doutora em Desenvolvimento Econômico/UFPR  
E-mail: [marin@smail.ufsm.br](mailto:marin@smail.ufsm.br)  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, 6º andar, sala 611  
CEP: 97015-372 Santa Maria - RS

Sirlei Glasenapp  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS).  
E-mail: [sglasenapp11@gmail.com](mailto:sglasenapp11@gmail.com)  
Av. João Pessoa, 31  
CEP: 90040-000 Porto Alegre – RS

Carine de Almeida Vieira  
Graduanda de Ciência Econômicas-UFSM  
E-mail: [carine.a.vieira@gmail.com](mailto:carine.a.vieira@gmail.com)  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, 6º andar, sala 611  
CEP: 97015-372 Santa Maria - RS

Géssica Mathias Diniz  
Graduanda de Ciências Econômicas/UFSM  
E-mail: [gessica92eco@gmail.com](mailto:gessica92eco@gmail.com)  
Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750, 6º andar, sala 611  
CEP: 97015-372 Santa Maria - RS

Janaina Ottonelli  
Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGECO/UFRN).  
E-mail: [janainaottonelli@gmail.com](mailto:janainaottonelli@gmail.com)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro Universitário. Bairro Lagoa Nova, CEP: 59094-520 - Natal, RN

Melody Alves Porsse  
Doutora em Administração (PPGA/UFRGS)  
E-mail: [msporsse@gmail.com](mailto:msporsse@gmail.com)  
Av. Diógenes Ribeiro de Lima, 2811, ap. 22, Bl. 1  
CEP: 05458-002 - Bairro Alto de Pinheiros, SP/SP

**Resumo:** A pobreza tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto de análise tradicional, baseado em dados quantitativos e medidas unidimensionais, como por exemplo, a linha de pobreza, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. O objetivo do presente trabalho é investigar os aspectos qualitativos da pobreza no município de Silveira Martins, localizado no Rio Grande do Sul, via identificação das dimensões de vida mais valoradas pelas próprias pessoas. Com base na abordagem seniana das capacitações e na realização dos primeiros passos da metodologia para o cálculo de um índice multidimensional de pobreza, proposto por Alkire e Foster (2007), foi possível identificar nove dimensões de pobreza como as mais valoradas pelas famílias alvo da pesquisa.

## **Introdução**

A pobreza tem sido objeto de muitos estudos nos últimos anos e as análises têm evoluído de um contexto de análise tradicional, baseado em dados quantitativos, como por exemplo, a linha de pobreza, para uma análise mais qualitativa e multidimensional. As abordagens que têm por objetivo caracterizar a pobreza de uma maneira que demonstre o bem-estar da população emergiram no século XX. Essas abordagens pretendem classificar o pobre não como o indivíduo que não possui recursos monetários para adquirir alimentos que supram a necessidade mínima de nutrientes, mas sim como alguém que não possui liberdades civis e políticas para decidir sua própria vida.

Para Kageyama (2009), é necessário avaliar o processo de desenvolvimento a partir de múltiplas dimensões e que a referência seja territorial. Em seus estudos destacou a Região Centro-Leste do Rio Grande do Sul como um grupo de renda baixa, alta pobreza, o menor índice de nível de vida em relação às outras regiões, pequena propriedade e alta participação de mão-de-obra familiar na agricultura.

A região central do Rio Grande do Sul se caracteriza pela heterogeneidade do desenvolvimento econômico, confirmando as polarizações em torno de municípios pólos. O município de Santa Maria, pólo econômico da Região no Estado, concentra dois terços da renda gerada, medida pelo Produto Interno Bruto municipal; Cachoeira do Sul responde pela geração de 59% da renda e Santiago responde por 40% desse montante regional (IBGE, 2007; SEPLAG/RS, 2007). Ao redor desses pólos urbanos encontram-se os espaços rurais, também heterogêneos, onde persistem áreas rurais com baixo índice de desenvolvimento humano combinadas com regiões de atividade agrícola moderna.

A microrregião de Restinga Seca, formada por nove municípios dentre os quais estão Silveira Martins, apresenta dificuldades, como baixa dinâmica econômica e social e migrações para outras regiões em busca de melhor qualidade de vida. Embora a microrregião esteja numa localização geográfica estratégica, tenha acesso à educação superior pública e a inúmeras instituições de ensino privado, e ainda cada município possua um Plano Diretor e esteja inserido num Plano Diretor Regional que estabelece estratégias de desenvolvimento, a microrregião ainda apresenta problemas no desenvolvimento econômico, social e humano.

A hipótese a ser discutida no trabalho é a de que a pobreza pode ser medida de forma multidimensional a partir da análise de seus aspectos qualitativos em Silveira Martins. Se existem esses aspectos qualitativos, quais são eles e em que medida afetam a pobreza? Seria possível pensar em políticas públicas tendo como base os fatores qualitativos da pobreza que favorecessem os desenvolvimentos humanos, sociais e econômicos na cidade de Silveira

Martins? Assim, o objetivo do presente trabalho é investigar os aspectos qualitativos da pobreza no município de Silveira Martins através da identificação das dimensões de vida valoradas pelas próprias pessoas alvo da pesquisa. Para tanto, serão realizados os primeiros passos da metodologia para o cálculo de um índice multidimensional de pobreza, proposto por Alkire e Foster (2007). Esse interesse se justifica não apenas diante da evidência do caráter multidimensional da pobreza no Estado do Rio Grande do Sul, como enfatizado nos trabalhos de Comim e Bagolin (2002) e Kuhn et al. (2006), mas na necessidade de identificar fatores que possam ser considerados na elaboração de políticas públicas que possam reduzir a pobreza, ao mesmo tempo em que incentivem os desenvolvimentos humanos, sociais e, por consequência, econômicos nas diferentes regiões gaúchas.

## **1. As Abordagens para a Pobreza**

Para Codes (2008) existem as noções de pobreza absoluta, relativa e subjetiva. Na primeira, ser pobre é ter menos do que um padrão de sobrevivência física; na segunda, é ter menos posses do que os demais membros da sociedade em que se vive, sendo que tal privação afeta questões de convívio social e depende do modo de vida da sociedade; na noção subjetiva está a ideia segundo a qual cada indivíduo pode se autodenominar pobre se sentir que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades. Conforme a autora, ao longo da trajetória do pensamento sobre pobreza emergiram distintas abordagens teóricas: subsistência e necessidades básicas dentro da noção de pobreza absoluta, privação relativa na concepção relativizada e a privação das capacitações na abordagem da pobreza como privação das capacitações.

Na perspectiva da subsistência, o pobre é definido como o indivíduo cuja renda não é suficiente para obter o mínimo de alimentos necessários para sua manutenção física e as necessidades humanas restringem-se as necessidades físicas. No entanto, as pessoas necessitam ir além da reposição de suas energias corporais; são seres sociais que desempenham papéis na sociedade. Tal concepção é aceita hoje por organizações internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, e como exemplo de medida tem-se a linha de indigência.

A abordagem das necessidades básicas surgiu na década de 50, quando a visão multifacetada obteve mais espaço na concepção da pobreza e tem a ideia de que o progresso social poderia ser bem mais auferido via a satisfação das necessidades básicas do que por

meio do crescimento econômico. Aceitar as necessidades básicas insatisfeitas é incorporar uma gama maior de necessidades e sair da abordagem centrada na alimentação.

A privação relativa é uma concepção que é definida conforme o contexto social em que se vive, compreendendo assim não uma determinada renda, mas sim um “estilo de vida” dentro de cada sociedade. “Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida” (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 5). Ser pobre significa não ter meios suficientes para atuar dentro da sociedade de maneira satisfatória. Ou seja, pobre é a família que possui privação em um determinado conjunto de bens que é consensual com o padrão de vida de sua comunidade.

Para Codes (2008), as pessoas pobres, na concepção de privação relativa, são aquelas que não obtêm de todo ou suficiente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da de uma sociedade. Tal abordagem, como Crespo e Gurovitz (2002) afirmam, apesar de mais elaborada e ampla, têm mais dificuldades de utilização levando em conta a necessidade de definição da extensão e da severidade da não participação das pessoas que sofrem a escassez de recursos.

A perspectiva da pobreza como privação de capacitações expandiu o âmbito conceitual de pobreza inserindo a reflexão acerca da pobreza no campo de pensamento sobre justiça social, sobre igualdades e desigualdades, culminando numa elaboração que, sem negar a relevância dos fatores econômicos, enfatiza as conotações legais, as implicações políticas e sua pertinência social (CODES, 2008, p. 19).

A pobreza tem um caráter que é ao mesmo tempo absoluto e relativo; a posse de determinados bens que afeta o convívio social e a percepção da privação de bem-estar varia com cada sociedade. A essência da pobreza possui um núcleo absoluto agregando suas características intrínsecas – fome e inanição – e apresenta as necessidades humanas básicas que são comuns a todas as situações (SEN, 1983, 2000, 2001).

Para Sen (2000), a concepção de privação relativa voltou-se para o fato de que as pessoas podem sofrer privações das suas capacitações básicas, que são combinações alternativas de funcionamentos de possível realização. Os funcionamentos são o que a pessoa pode considerar valioso fazer ou ser, podendo variar dos elementares, como ser adequadamente nutrido e livre de doenças, a atividades ou estados pessoais mais complexos, como poder participar da vida em comunidade e ter respeito próprio. Entende-se ainda por capacitação a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos

ou a liberdade para ter estilos de vida diversos. As pessoas capacitadas podem originar mudanças em sua vida pessoal ou profissional, fazer escolhas que influenciem na vida da própria comunidade onde vivem.

## **2. As Medidas de Pobreza**

A pobreza, por se tratar de um fenômeno social complexo, constitui um problema de difícil mensuração e sua medida varia de acordo com a sua conceituação. Se enfocada de forma unidimensional, a medida se dá via linha de pobreza. Se considerado o enfoque multidimensional, tem-se como exemplo os índices que consideram mais dimensões além da renda via linha de pobreza. Além disso, a medida a ser usada está fortemente relacionada ao objetivo da pesquisa, ou seja, se o foco político for identificar o número de pobres, a abordagem da linha de pobreza pode ser adequada. Porém, se o objetivo está em identificar os pobres e verificar quais são as fontes de suas maiores privações, o cálculo de uma medida multidimensional se torna mais apropriada. Na sequência são apresentadas algumas medidas unidimensionais e multidimensionais de pobreza.

### *2.1 Pobreza pelo aspecto renda – medidas unidimensionais*

As medidas unidimensionais da pobreza envolvem necessariamente dois passos (SEN, 1976): a identificação (quem é pobre e não pobre dentre a população) e a agregação (quão pobre é a sociedade - construção de um índice de pobreza). A principal ferramenta na primeira fase é a definição de uma linha de pobreza, que pode ser absoluta ou relativa.

A linha de pobreza é considerada pelo Banco Mundial um padrão de divisão entre os pobres e os “não pobres” a fim de fazer comparações internacionais sobre o consumo de bens e serviços. Por meio desse conceito, era definido pobre aquele que possuía menos de US\$ 1,00 por dia. Hoje, sabe-se que essa conceituação mudou, passando de US\$ 1,25 ou aproximadamente R\$ 2,05 por dia. A partir da parcela da população que está localizada abaixo da linha de pobreza é obtida a incidência da pobreza; a linha de pobreza é uma divisória: todos que têm uma renda inferior a ela são considerados pobres. A linha de pobreza não considera que as pessoas podem estar um pouco ou muito abaixo da linha de pobreza, bem como a distribuição de renda entre os pobres podendo ou não ser muito desigual.

Segundo WBI (2005), depois de definida a linha de pobreza é possível calcular medidas de pobreza: básicas (*headcountratio* – proporção de pobres; o hiato de pobreza; *poverty gap ratio*) e avançadas (severidade de pobreza- *squaredpoverty gap* (FGT) e *Sen*

Index).

O *headcount index* ( $P_0$ ) mede a proporção da população que é pobre e varia entre 0 e 1. É uma medida popular porque é fácil de entender e de medir. Mas não indica quão pobres os pobres são. Pode ser encontrado pela equação (1).

$$P_0 = \frac{N_p}{N} \quad (1)$$

Onde,

$N_p$  é o número de pobres e  $N$  é o total da população (ou amostra).

Segundo Sen (1976), esta medida viola dois axiomas: o da monotonicidade e da transferência. No primeiro, uma redução na renda de uma pessoa abaixo da linha de pobreza pode aumentar a medida de pobreza. E o segundo afirma que uma pura transferência de renda de uma pessoa abaixo da linha de pobreza a alguém que é rico pode aumentar a medida de pobreza. Portanto, ela não é capaz de medir a intensidade de pobreza e a distribuição da pobreza entre os pobres.

A segunda medida de insuficiência de renda é o *poverty gap index* ( $P_1$ ) que mede o grau em que os indivíduos estão abaixo da linha de pobreza (o hiato de pobreza) como uma proporção da linha de pobreza. A soma destes hiatos de pobreza dá o custo mínimo para eliminar a pobreza, se as transferências forem o alvo perfeito. A medida (2) não reflete mudanças na desigualdade entre os pobres (WBI, 2005).

$$P_1 = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \frac{G_i}{z} \quad (2)$$

Onde,

$N$  é o total da população,  $G_i$  é o hiato da pobreza e  $z$  é a linha de pobreza.

O *poverty gap index* varia de 0 a 1; 1 é uma situação onde todos são pobres com nenhuma renda e 0 situação quando não existe pobre.

A terceira medida é o *squaredpoverty gap* (“*povertyseverty*”) *index* ( $P_2$ ) mede o quadrado do hiato da pobreza em relação à linha de pobreza. É uma medida de pobreza proposta por Foster-Greer-Thorbecke - FGT (1984) que pode ser escrita como (3).

$$P_2 = \frac{1}{N} \sum_{i=1}^N \left(\frac{G_i}{z}\right)^\alpha, \quad (\alpha \geq 0) \quad (3)$$

Onde,

$N$  é o tamanho da amostra,  $z$  é a linha de pobreza,  $G_i$  é o hiato da pobreza e  $\alpha$  é um parâmetro; quando  $\alpha$  é maior, o índice coloca mais peso sobre a posição dos mais pobres, portanto é uma medida de sensibilidade do índice de pobreza. Quando o parâmetro  $\alpha=0$ ,  $P_0$  é simplesmente o índice de proporção de pobres. Quando  $\alpha=1$ , o índice é o índice do hiato de pobreza  $P_1$ , e quando  $\alpha=2$ ,  $P_2$  é o índice de severidade da pobreza (WBI, 2005).

Apesar de a medida FGT ser sujeita a crítica de que considera apenas a insuficiência de renda, ela é apropriada quando “(i) não existe disponibilidade de outras medidas que possam ajudar a caracterizar o estado de pobreza, (ii) há uma forte correlação entre o uso de recursos/renda e os fins que as pessoas desejam obter e (iii) o grau de desigualdade entre as pessoas é baixo” (COMIM; BAGOLIN, 2002, p. 5).

Sen (1976) propôs um índice que combina os efeitos do número de pobres, a profundidade da pobreza e a distribuição da pobreza dentro do grupo. O índice é dado por (4):

$$P_S = P_0(1 - (1 - G^P) \frac{\mu^P}{z}) \quad (4)$$

Onde,

$P_0 = \text{headcount index}$ ,  $\mu^P =$  renda média do pobre e  $G^P =$  coeficiente de desigualdade de GINI entre os pobres.

O índice de Sen tem sido amplamente discutido e tem a virtude de levar em consideração a distribuição de renda entre os pobres. Entretanto, o índice sofre de apelo intuitivo e não pode ser decomposto satisfatoriamente entre seus elementos constituintes, fato que explica porque ele é raramente usado na prática (WIB, 2005).

## 2.2 Pobreza pelo aspecto das capacitações – Medidas Multidimensionais

A renda monetária é necessária para a obtenção de condições dignas de vida, porém uma análise da pobreza baseada unicamente nesse indicador pode esconder outras fontes de privação da pessoa que não são captadas diretamente pela variável renda. A perspectiva das capacitações de Sen (2000) nos mostra, por exemplo, que o bem-estar das pessoas pode ser aferido por meio das liberdades políticas, da facilidade econômica, das oportunidades sociais, das garantias de transparência e vários outros indicadores. A partir disso, foram iniciadas, ainda nos anos de 1990 algumas medidas: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado as Desigualdades, Índice de Desigualdade de

Gênero (IDG), Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP).

O IDH compreende três dimensões: longevidade, educação e renda. A primeira dimensão é representada pela expectativa de vida ao nascer. A segunda engloba duas variáveis: a taxa de alfabetização e a taxa combinada de matrículas dos níveis primário, secundário e superior. O PIB per capita, corrigido para refletir as disparidades no poder de compra (PPC), foi adotado para medir a dimensão renda (PNUD, 2007).

O IDH ajustado as desigualdades (IDHAD)<sup>ii</sup> capta as distorções no desenvolvimento humano decorrentes das desigualdades na saúde, na educação e no rendimento e considera além das dimensões saúde, educação e rendimento a maneira como está distribuído. Dessa forma, em uma sociedade onde todos os indivíduos tivessem o mesmo bem-estar e oportunidades o IDH seria igual ao IDHAD. O Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) destaca o IDHAD como sendo um índice potencial, o máximo atingido caso não houvesse desigualdades, e a diferença entre os dois índices é a perda causada pela desigualdade.

Outra medida lançada pelo RDH (PNUD, 2010) é o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG); mostra as disparidades de gênero na saúde reprodutiva, na capacitação e no mercado de trabalho; capta perdas decorrentes das desigualdades de gênero e varia entre 0 e 1, sendo 0 para nenhuma desigualdade e 1 para todas as desigualdades. O IDG aumenta quando há correlação de desigualdades entre as dimensões, o que acarreta um aumento no índice.

O IPH, introduzido no RDH do PNUD em 1997, é uma medida da pobreza, país a país, sob uma perspectiva de desenvolvimento humano, baseada em três variáveis: vulnerabilidade à morte prematura; analfabetismo e padrão de vida abaixo do aceitável, o que compreende a falta de acesso a serviços de saúde, água potável e alimentação adequada. Desse modo, o IPH está focado na situação e no acompanhamento do progresso da parcela da população com maiores privações na comunidade.

A diferença entre IDH e IPH está no fato de que o primeiro analisa as condições de toda a população e o segundo analisa apenas os aspectos de determinada população pobre. Dessa forma, “contrariamente ao IDH, o IPH não se baseia em valores médios e o seu resultado pode ser visto como percentual da população que apresenta as características de pobreza” (ROLIM, 2004, p. 518).

O RDH (PNUD, 2010) apresenta ainda o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) que capta quantas pessoas sofrem privações sobrepostas e quantas privações enfrentam em

média e pode ser discriminado por dimensão para mostrar como modifica a composição da pobreza multidimensional em incidência e em intensidade nas diferentes regiões, grupos étnicos, trazendo implicações úteis para as políticas (PNUD, 2010). O IMP usa 10 indicadores para medir três dimensões da pobreza familiar: a educação, saúde e padrão de vida. Também pode ser usado como uma ferramenta para apontar as pessoas mais vulneráveis, mostrando aspectos em que são carentes e ajudam a indicar as interconexões entre as privações. O índice proposto também mostra a intensidade da pobreza que cada família sofre, usando como instrumento a soma ponderada de privações. Isso permite que os formuladores de políticas possam direcionar os recursos de forma mais eficaz, focalizado na fonte de pobreza de uma região, grupo populacional ou nação e direcionar suas metas de desenvolvimento em conformidade com as respectivas privações.

### 3. Aspectos metodológicos

Para Alkire e Foster (2007) existe uma diferença considerável entre a pobreza de renda e a privação nutricional, educacional, as deficiências na saúde; um indivíduo que tenha uma renda suficiente pode ser privado de educação, sendo pobre nessa dimensão, por exemplo. Por isso, há a necessidade de analisar em separado as dimensões, seguindo-se dois passos para desenvolver o estudo: o primeiro é a identificação (distinção entre pobres e não pobres) e o segundo é a agregação dos dados sobre os pobres em um indicador geral de pobreza (quão pobre é a sociedade em estudo).

A parte da identificação é importante; como identificar uma pessoa como pobre. O método AF propõe duas formas de linha de corte e uma *counting* metodologia<sup>iii</sup>. A primeira linha de corte é a tradicional *dimension-specific poverty line*, que é feita para cada dimensão e identifica se a pessoa é privada ou não com respeito àquela dimensão. Segundo Bourguignon e Chakravarty (2003), uma forma alternativa de levar em consideração a multidimensionalidade da pobreza é especificar uma linha de pobreza para cada dimensão de pobreza e considerar que a pessoa é pobre se ela/ele estiver abaixo de pelo menos uma das várias linhas de corte consideradas. A segunda linha de corte do método AF delinea quão privada uma pessoa é de modo a ser considerada pobre. Se as dimensões recebem pesos iguais, a segunda linha de corte é simplesmente o número de dimensões nas quais a pessoa deve ser privada para ser considerada pobre.

Quanto ao procedimento de pesquisa, os autores destacam 12 passos a serem seguidos para obter-se uma medida de pobreza multidimensional: (1) escolher a unidade de análise; (2)

escolher as dimensões; (3) definir os indicadores para cada uma das dimensões consideradas; (4) estabelecer linhas de pobreza (faixas que identifiquem o indivíduo como pobre ou não pobre em determinada dimensão); (5) aplicar as linhas de pobreza (identificar a privação ou não do indivíduo em cada indicador dentro das dimensões. Não privado é o que possui valores acima do ponto estabelecido e privado é aquele que está abaixo desta linha de corte); (6) contar o número de privações de cada indivíduo; (7) estabelecer o segundo corte (identificado como  $k$ , que dá o número de dimensões em que uma pessoa deve ser privada para considerá-la como multidimensionalmente pobre); (8) aplicar a linha  $k$  para obter o grupo de pessoas pobres e omitir os dados das pessoas que não são consideradas pobres (os não pobres recebem zero nos resultados das dimensões); (9) calcular a incidência  $H$  (a proporção de pessoas pobres que são privadas em  $k$  ou mais das  $d$  dimensões sobre o total de indivíduos analisados); (10) calcular o hiato de pobreza média  $A$  (proporção de privações que cada pessoa pobre sofre sobre o total de dimensões somado ao mesmo cálculo das demais, dividido pelo total de pessoas pobres); (11) calcular a incidência ajustada  $M_0$  ( $H \times A$ ); (12) decompor por grupos e segmentar por dimensões ( $M_0$  pode ser decomposto para cada subgrupo da população, depois disso pode-se analisar a contribuição de cada dimensão para a pobreza geral.  $A$  é dividido pelos pobres na dimensão  $j$ , resultando em  $A_j$  que multiplicado por  $H$  leva a  $M_{0j}$ , a dimensão ajustada que mostra a participação da dimensão  $j$  na pobreza global).

Alkire e Foster (2007) destacam algumas propriedades que tornam  $M_0$  interessante: pode ser calculado para diferentes grupos da população; o nível de pobreza aumenta se uma ou mais pessoas se tornam privada em uma dimensão adicional – é sensível à multiplicidade de privações; é ajustada para o tamanho do grupo para quem está sendo calculado, permitindo comparações internacionais; pode ser decomposto em dimensões de modo a revelar aos *policymakers* qual dimensão contribui mais para a pobreza multidimensional em uma dada região ou grupo populacional.

A escolha do método AF para o estudo de Silveira Martins decorreu do objetivo de não apenas identificar quem são os pobres, mas, sobretudo verificar o quão pobre os indivíduos são nas suas diferentes dimensões de vida. O intuito é encontrar quais das dimensões são as que mais apresentam restrição de oportunidades para as pessoas pobres para informar os gestores públicos de forma a serem pensadas políticas de redução de pobreza. Por isso, na pesquisa em Silveira Martins o foco está também em identificar as dimensões mais valoradas pelas próprias pessoas e não partir de uma única lista previamente estabelecida pelos pesquisadores.

Para tanto, é preciso entender o que é uma dimensão e o que são as múltiplas dimensões de interesse, como indaga Alkire (2002, p. 182). A dimensão pode ser entendida como “*any of the component aspects of a particular situation*” e a característica chave das dimensões são que elas são aspectos componentes do desenvolvimento humano, por exemplo, que coexiste com outros componentes. Segundo Alkire (2002), a necessidade de se especificar dimensões surge de diversas razões. A primeira delas ocorre em função do objetivo multidimensional do desenvolvimento humano; a pobreza precisa ser reduzida e o bem-estar precisa ser melhorado e isso requer papéis normativos semelhantes a uma utilidade maximizadora. Uma segunda razão é prática e relaciona-se com a necessidade de metodologias efetivas para comunidades para avaliar os *tradeoffs*. A terceira razão é que um conjunto de dimensões pode ajudar grupos a identificar impactos não intencionais. A razão final diz respeito simplesmente a ideia de economia política: teorias que não são de uso amigável não se espalham.

Para Alkire (2002, p. 182), a chave para especificar dimensões está na abordagem de John Finnis (*apud* ALKIRE, 2002), que busca identificar as razões ou valores básicos das pessoas para suas ações através de um processo introspectivo de questionamento: “por que eu/outros fazem o que fazemos?”. Como resultado, tem-se um conjunto de razões básicas e simples para agir que refletem os funcionamentos humanos. Na abordagem de Finnis (*apud* ALKIRE, 2002) foram definidas as seguintes razões básicas para atuar: saúde; conhecimento e experiência estética; algum grau de excelência no trabalho ou esporte; amizade; auto-integração; auto-expressão ou razoabilidade prática; religião. Como essas razões básicas para a ação são um conjunto das razões através das quais as pessoas agem na busca de plenitude ou bem-estar, ou ainda, do desenvolvimento humano, as mesmas podem ser consideradas como as dimensões do desenvolvimento humano.

Além das dimensões definidas por Finnis (*apud* ALKIRE, 2002), outras listas de dimensões do desenvolvimento humano, apresentadas na Tabela 1, também fundamentaram o presente estudo, especialmente na construção do instrumento de pesquisa que possibilitou a identificação das dimensões mais valoradas pelas pessoas alvo da pesquisa.

Depois de entendida a conceituação de dimensão, é preciso pensar em como escolher as dimensões a serem usadas no estudo. Para selecionar dimensões, a abordagem seniana orienta que a principal preocupação na escolha de dimensões são que elas sejam coisas que as pessoas valorizam e têm razão para valorizar porque expandem a liberdade individual ou dos grupos. É importante notar que se os domínios constantes em uma comparação destinam-se a

representar o bem-estar de uma comunidade e para ser usado para fins de política, então estes domínios devem ser capazes de ser criticamente examinados e desafiados pelas pessoas envolvidas em uma base contínua, e alterado, se eles ficam aquém. Isto implica a necessidade de algum processo que pode expor as questões de valores. Como esclarece Sen, o processo não precisa ser uma democracia formal, nem da participação deliberativa profunda, mas alguma atenção para os valores das pessoas se afigura essencial (ALKIRE, 2008).

<b>Principais Autores</b>	<b>Listas</b>	<b>Dimensões</b>
<i>Nussbaum</i>	<b>Capacitações Humanas Centrais</b>	Vida; Saúde do corpo; Integridade do corpo; Sentido, pensamento e imaginação; Emoções; Raciocínio prático; Afiliação; Outras espécies; Interação; Controle sobre o próprio ambiente.
<i>Max-Neef</i>	<b>Categorias Axiológicas</b>	Subsistência; Proteção; Afeto; Compreensão; Participação; Lazer; Criação; Identidade; Liberdade.
<i>Narayan et al</i>	<b>Dimensões do Bem-estar</b>	Bem-estar material; Bem-estar do corpo; Bem-estar social; Segurança; Liberdade de escolha e ação; Bem-estar psicológico.
<i>Schwartz</i>	<b>Valores Humanos</b>	Poder; Realização; Hedonismo; Estimulação; Auto-direção; Universalimos; Benevolência; Tradição; Conformidade; Segurança.
<i>Cummins</i>	<b>Domínios da Satisfação Humana</b>	Bem-estar material; Saúde; Produtividade; Intimidade/amizade; Segurança; Comunidade; Bem-estar emocional.
<i>Ramsay</i>	<b>Necessidades Humanas</b>	Sobrevivência física; Necessidades sexuais; Segurança; Amor e relatedness; Opinião e identidade; Auto-realização.
<i>Doyal e Gough</i>	<b>Necessidades Intermediárias</b>	Comida nutricional/água; Casa protegida; Trabalho; Ambiente físico; Cuidado de saúde; Segurança na infância; Relações primárias significantes; Segurança física; Segurança econômica; Controle de nascimento seguro/childbearing; Educação básica.

**Tabela 1: Dimensões do Desenvolvimento Humano.**

Fonte: Adaptado de ALKIRE, 2002, p. 203.

Alkire (2008) mostra que apesar da seleção das dimensões ser complexa, identifica cinco processos pelos quais essa seleção pode acontecer: (1) usar os dados existentes; (2) fazer suposições - talvez com base em uma teoria; (3) desenhar em uma lista existente que foi

gerada por consenso; (4) usar um processo constante de participação deliberativa; (5) propor dimensões com base em estudos empíricos sobre os valores das pessoas e/ou comportamentos.

Os primeiros resultados da aplicação da metodologia AF serão apresentados na próxima seção.

#### 4. Pobreza multidimensional em Silveira Martins: alguns resultados

##### 4.1 Informações secundárias

O município gaúcho de Silveira Martins, conforme figura , pertence à microrregião geográfica de Restinga Seca que compõe a mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense. Faz divisa com os municípios de Santa Maria, São João do Polêsine, Faxinal do Soturno, Ivorá e Júlio de Castilhos.



**Figura 1 – Localização de Silveira Martins - RS**

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados do IBGE.

Segundo IBGE (2010), a população residente no município em 1991 era de 2380 habitantes, passou para 2571 em 2000 e reduziu para 2449 em 2010. Em 1991 a população urbana representava 31% do total e a rural 69% e em 2010 passaram a representavam 45% e 55%, respectivamente. Houve uma redução da população rural e um aumento da população urbana no período analisado, mas a população rural ainda é predominante no município. A taxa de alfabetização das pessoas de 5 anos ou mais no município era de 93,52%. No mesmo ano, a proporção dos domicílios que possuíam banheiro para uso exclusivo somava 97,17%, os que tinham acesso a rede geral como forma de abastecimento de água somam 52,89%, os com acesso a coleta de lixo eram 91,1% e com escoamento adequado 43,2% (IBGE, 2010).

O Boletim do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2012: 2) destacou que o município de Silveira Martins contava com “121 pessoas na extrema

pobreza, sendo 52 na área rural e 69 na área urbana. Em termos percentuais, 4,9% da população está na extrema pobreza, com intensidade maior na área rural”. Nesse caso, de acordo com a definição do Decreto nº. 6.917 de 30 de julho de 2009 da Presidência da República são consideradas extremamente pobres as famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 70,00 e como pobres as famílias com renda de até R\$140,00 (BRASIL, 2009).

Os domicílios com rendimento total de até um salário mínimo representavam 50,31%, os com rendimento de um salário mínimo a menos de dois salários correspondiam a 30,63%, os com mais de dois e menos de cinco representavam 13,04% e os com mais de cinco salários correspondiam a apenas 4,31%. No mesmo ano, o valor do rendimento nominal médio das pessoas de 10 anos ou mais era de R\$ 769,14 e o valor mediano era de R\$ 510,00. O valor mediano corresponde ao valor do salário mínimo vigente no ano da pesquisa (IBGE, 2010).

Quando se analisa o mercado de trabalho por meio da distribuição de postos de trabalho formais, observa-se que em 2010 o setor de Administração Pública é o de maior volume de postos de trabalho, com 104 postos, seguido pelo setor de Indústria de Transformação, com 71, que juntos representam 66% dos empregos formais. Os outros setores de destaque são o de comércio e serviços com 40 e 39, respectivamente (MDS, 2012).

Segundo o Boletim (MDS, 2012, p. 6), a receita orçamentária do município passou de R\$ 4,5 milhões em 2005 para R\$ 6,7 milhões em 2009. A proporção das receitas geradas a partir das atividades econômicas do município, comparativamente à receita orçamentária total, passou de 9,91% em 2005 para 15,50% em 2009. A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) aumentou de 55,51% da receita orçamentária em 2005 para 59,95% em 2009. As despesas com administração correspondem a 32,8% das despesas municipais, educação a 21,3%, saúde a 21,2%, urbanismo a 5,3% e agricultura a 4,6%. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,58% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 2,61%.

#### *4.2 Informações primárias*

O primeiro passo da metodologia AF é a definição da unidade de análise – neste caso, as famílias de Silveira Martins. Foram realizadas entrevistas, usando instrumento de pesquisa para investigar de forma introspectiva o que as pessoas valoram, com um total de 25 pessoas nos meses de outubro e novembro de 2011 para uma definição de quais seriam as dimensões de vida a serem consideradas no instrumento de pesquisa definitivo.

Em uma pesquisa anterior<sup>iv</sup>, a definição das dimensões ficou a cargo da percepção dos próprios pesquisadores. Para a atual pesquisa o interesse estava em identificar as dimensões mais valoradas pelas próprias pessoas alvo da pesquisa<sup>v</sup>, conforme a abordagem das capacitações de Sen e destacado nos trabalhos de Alkire (2002, 2008). O levantamento preliminar junto às 25 famílias de Silveira Martins teve por base a investigação das razões ou valores básicos das pessoas para suas ações através de um processo introspectivo de questionamento usando as seguintes questões: “Como você sabe que alguém é pobre ou rico?”; “Olhando para vizinhos e conhecidos, quais seriam as principais dificuldades que eles enfrentam?”; “Destas que você citou, saberia identificar a mais grave?”; “O que você falaria sobre pobreza?”; “Porque ela existe?”; “Como você avaliaria a tua vida e da tua família (nota de 1 a 10)?”; “Quanto você precisaria ganhar mensalmente para você e sua família viverem bem?”; “O que vocês fariam com esse dinheiro?”; “Quais são os problemas mais graves que você vê com as pessoas mais pobres no seu bairro?”.

Seguindo o método AF, esta fase caracteriza o segundo passo – definição das dimensões. Algumas das informações obtidas no instrumento de pesquisa inicial usado na entrevista junto às famílias para identificar quais seriam as dimensões de vida mais valoradas por elas são apresentadas a seguir.

Quando perguntados sobre como sabem que alguém é pobre ou rico, as pessoas foram unânimes em dizer que a distinção é feita pelas roupas e pelo modo de agir, os entrevistados julgam que alguém vestido com roupas mais refinadas e que fale e aja demonstrando conhecimento é uma pessoa rica. A segunda questão foi relacionada à visão que os indivíduos têm da situação de vizinhos e conhecidos, identificando a partir do ponto de vista dos entrevistados as principais dificuldades que aqueles enfrentam e destas, quais seriam as mais graves. Obtiveram-se respostas variadas, relacionadas à problemática alimentar e da saúde, mas o que se sobressaiu foi a falta de emprego, como a maior dificuldade enfrentada no município.

Além disso, quando questionados sobre a pobreza e o porquê de sua existência, persiste a falta de emprego como sinônimo de pobreza e a falta de oportunidade como condição para esta deficiência, as desigualdades sociais e de renda permanecem como limitação ao desenvolvimento da comunidade. Também se pediu aos entrevistados que respondessem a pergunta “quais são os problemas mais graves que você vê que as pessoas mais pobres do seu bairro sofrem?” e foi pedido para eles os colocarem em uma ordem, ou seja, 1 para o pior, 2 para o segundo pior e assim por diante para: habitação, saúde, trabalho e

renda, educação, segurança, serviços básicos, preconceito, felicidade e orgulho próprio, alimentação, participação política e social e educação ambiental. O Quadro 1 mostra o ranking individual para os problemas citados pelos 25 entrevistados.

Problemas mais graves que você vê que as pessoas mais pobres do seu bairro sofrem?	Ranking de prioridade individual																								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
1. Habitação			3	1	4		2		4				4		2		3	2			3			2	
2. Saúde	3		1		2	3	1	1		1	1	1		3	1		2	1	1			1			1
3. Trabalho e renda			4		3		2	3	2		2	2	3	2	2		1	1		2	1	2	2		1
4. Educação	4			1		2			4		4	4			4	3									2
5. Segurança			3											3		4							3		3
6. Serviços básicos	1			4	4																3	4			
7. Preconceito				2		1	3		3		3	3	2	1	1		2							1	
8. Felicidade e orgulho próprio			2					4		3															
9. Alimentação									2				4										1		
10. Participação (política, comunitária)																					2				
11. Educação ambiental	2								1																

**Quadro 1 – Ranking dos Problemas Enfrentados Segundo os Entrevistados**

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da pesquisa de campo preliminar.

Dessa pesquisa de campo preliminar, foram identificadas as seguintes dimensões mais recorrentes: saúde; trabalho/renda; habitação; segurança; educação; ter acesso aos serviços básicos; preconceito; comer adequadamente e participação. As dimensões felicidade e educação ambiental foram identificadas pela pesquisa, mas não foram consideradas como relevantes pelos entrevistados.

O próximo passo, fase três do método AF, consistiu-se na definição dos indicadores para cada uma das dimensões. Esta definição teve por base a percepção dos pesquisadores sobre a condição de vida das pessoas, baseado no trabalho de pesquisa preliminar, e também de literatura existente sobre o tema. O levantamento com o instrumento definitivo que contempla as nove dimensões (e seus quarenta indicadores) foi aplicado a uma amostra de 120 famílias. As informações serão usadas nas etapas seguintes para o desenvolvimento da medida  $M_0$  proposta por AF. Os indicadores para cada dimensão foram definidos a partir das prioridades identificadas nessas entrevistas com as famílias na primeira visita. Baseado nessas informações preliminares e em trabalhos de BARROS, CARVALHO E FRANCO (2003), SANTOS (2007), MARIN E OTTONELLI (2007), foram definidos os indicadores para cada uma das dimensões valoradas.

Na dimensão saúde foram estabelecidos doze indicadores: índice de massa corporal; número de horas dormidas; o estresse na vida; a realização de atividade física; acesso aos serviços de saúde (médico, dentista, farmácias); atendimento médico; acesso a remédios; a efetivação das vacinas recomendadas; o acompanhamento médico regular durante a gestação e até a criança completar um ano de idade; a existência de vícios na família; a existência de saúde pública para tratamento do vício; as condições de saúde da sua família de modo geral.

A dimensão trabalho/renda é constituída de seis indicadores: se tem trabalho fixo ou temporário; carga horária por dia; o rendimento da casa (salários mínimos); se a família recebe algum tipo de transferência do governo; o percentual, em média, da renda total da família gasta em alimentação, saúde, vestuário, moradia, educação; se produz na sua propriedade e não compra alguns tipos de alimentos.

Em relação à dimensão habitação, foram estabelecidos quatro indicadores que questionaram as características da moradia, propriedade, tipo de estrutura e legalização; a composição da casa e os equipamentos existentes de eletrônicos e eletrodomésticos e acesso a tecnologia digital.

A quarta dimensão – segurança – tem como indicadores: a existência de policiamento no bairro onde residem e se a família já foi vítima de violência naquele espaço ou na cidade. Os indicadores da dimensão educação avaliam o grau de ensino; se teve oportunidade de freqüentar a escola e se teve algum tipo de impedimento; e se na família têm pessoas analfabetas.

Quanto a dimensão em ter acesso a serviços básicos, os indicadores se referem à existência no domicílio de energia, água, transporte público, coleta de lixo, pavimentação das ruas, iluminação pública; buscam analisar as questões mínimas de infra-estrutura. Outra dimensão valorada pelas pessoas questionadas na entrevista preliminar foi a questão do preconceito, cujos indicadores estabelecidos são: discriminação étnica, religiosa, preferência sexual, em morar em determinado bairro e sofrer privações em virtude disso. Além de avaliar sobre a forma de a pessoa estar vestida poder influenciar no respeito das pessoas da comunidade e fora dela, bem como sobre a igualdade de direitos de todos na cidade onde mora.

O fato de estar adequadamente nutrido satisfaz um funcionamento relevante para que o indivíduo tenha uma vida digna. A dimensão “comer adequadamente” focaliza indicadores em relação à quantidade e qualidade das refeições que a família efetua e a existência de renda para aquisição de alimentos. E a última dimensão, não menos importante, sobre o viver na

comunidade tem como o indicador a liberdade de a pessoa falar na comunidade sobre suas ideias e escolhas.

### **Considerações Finais**

A pobreza como um problema de privação de capacitações precisa ser entendida como multifacetada para que os estudos que visem a sua erradicação possam refletir a realidade do local estudado e possam servir como base para a elaboração de políticas públicas pelos *policymakers*. Para que ocorra uma melhor distribuição de recursos e atendimento às privações sofridas pelos indivíduos é preciso fazer estudos que considerem as particularidades, a cultura, as condições de vida desses indivíduos e, por isso, a comunidade precisa ser consultada para que se possam descobrir quais são as privações sofridas e quais são consideradas por eles como mais importantes e necessárias na sua vida.

Este trabalho mostrou os resultados da pesquisa preliminar sobre a pobreza multidimensional por meio da execução das duas primeiras fases do método AF: escolher a unidade de análise e escolher as dimensões. A unidade de análise escolhida foi o município de Silveira Martins e a escolha das dimensões aconteceu via pesquisa de campo preliminar, que buscou identificar as dimensões consideradas pelos entrevistados como principais problemas sofridos pelas pessoas mais pobres do bairro.

Ao serem questionados, os entrevistados puderam dizer quais são suas percepções sobre a pobreza no município, bem como identificar possíveis causas, como a falta de emprego. A partir das respostas, pode-se verificar como mais problemáticas nove dimensões: saúde; trabalho/renda; habitação; segurança; educação; ter acesso aos serviços básicos; preconceito; comer adequadamente e participação. Portanto, com este resultado preliminar é possível verificar que a renda monetária não é a única dimensão em que os indivíduos sofrem privação. Existem outras preocupações e problemas sofridos pela população de Silveira Martins. Na sequência do trabalho de pesquisa será possível identificar em quais dimensões os indivíduos são mais privados por meio da execução das outras fases do método AF.

### **Referências Bibliográficas**

ALKIRE, Sabina. Dimensions of Human Development. *World Development*, vol. 30, n. 2, pp. 180-205, 2002.

ALKIRE, Sabina. Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty. *Munich Personal RePEc Archive (MPRA)*, n. 886, may. 2008.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Counting and Multidimensional Poverty. Oxford Poverty & Human Development Initiative OPHI Working Paper n. 7, 2007.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. Designing the Inequality-Adjusted Human Development Index (HDI). University of Oxford. OPHI Working Paper n. 37, 2009.

ATKINSON, Anthony Barnes. Multidimensional deprivation: contrasting social welfare and counting approaches. *Journal of Economic Inequality*, 1: 51-65, 2003.

BARROS, Ricardo Paes; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional no Brasil: IPEA (Textos para discussão nº 1227), 2006.

BIBI, Sami. Measuring Poverty in a Multidimensional Perspective: a review of literature. PMMA Working Paper 2005-07, 2005.

BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya. The measurement of multidimensional poverty. *Journal of Economic Inequality* 1: 25-49, 2003.

BRASIL. Decreto Nº 6.917 de 30 de Julho de 2009. Altera os arts. 18, 19 e 28 do decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família. *Presidência da República*. Brasília, 30 jul. de 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/decretos/2009/Decreto%206917.pdf>>. Acesso em: 08 de dez. 2011.

CODES, Ana Luiza Machado. A Trajetória do Pensamento Científico Sobre Pobreza: Em Direção a Uma Visão Complexa. Brasília: IPEA (Textos para discussão nº 1332), 2008.

COMIM, Flávio; BAGOLIN, Izete. Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul. 1 Encontro de Economia Gaúcha, PUC-RS, 2002. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa\\_4\\_comim\\_bagolin.pdf](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/eeg/1/mesa_4_comim_bagolin.pdf)>. Acesso em: 08 de dez. 2011.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&Ano=2002>> Acesso em: 05 de set. 2011.

FOSTER, James, GREER, Joel, THORBECKE, Erik. A Class of Decomposable Poverty Measures. *Econometrica*, v. 52, n. 3, pp. 761-766, may. 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 de fev. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto interno bruto a preços correntes segundo as grandes regiões, unidades da federação e municípios. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)> Acesso em 10 dez. 2011.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul. In: SCHNEIDER, S. (Org.) *A diversidade da Agricultura Familiar*. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp. 245-272, 2009.

KAGEYAMA, Ângela; HOFFMANN, Rodolfo. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KUHN, Daniela et al. A Pobreza no Rio Grande do Sul: A Heterogeneidade Revelada pela Abordagem das Capacitações nos Municípios Gaúchos. *Teoria e Evidência Econômica*, Passo Fundo, v. 14, n. 26, p.113-134, 2006.

MARIN, Solange Regina; OTTONELLI, Janaina. Medida multidimensional da pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – RS, *Revista Redes*, 13 (3): 241- 265, 2008.

OTTONELLI, Janaina; MARIN, Solange Regina; PORSSE, Melody; GLASENAPP, Sirlei. A Importância das Medidas Multidimensionais de Pobreza para a Administração Pública: um Exercício em Palmeira das Missões-RS. In: *IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS)*, Lavras-MG, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME (MDS). *Boletim Panorama Municipal: Silveira Martins-RS*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 17 de fev. 2012.

PICOLOTTO, Volnei da Conceição et al. Avaliação multidimensional da pobreza - em exercício piloto para porto alegre e região metropolitana. In: *Encontro de Economia da Região Sul*, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 1997: Human Development to eradicate poverty*. New York: Oxford University Press, 1997.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 2007/2008: Fighting climate change – Human solidarity in a divided world*. New York: Oxford University Press, 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). *Human Development Report 2010: The Real Wealth of Nations – Pathways to Human Development*. New York: Oxford University Press, 2010.

RAVALLION, Martin. On Multidimensional Indices of Poverty. *World Bank*. Policy Research Working Paper 5580, 2010.

ROLIM, Cássio. Um índice de pobreza humana municipal para o Brasil. In: *III Encontro da Associação Brasileira de Estudos Regionais*, ABER, Belo Horizonte, 2004.

SEN, Amartya K. Poverty as a ordinal approach to measurement. *Econometrica*, v. 44, pp. 437-46, mar. 1976.

SEN, Amartya K. Poor, relatively Speaking. *Oxford economic papers*, 35(2): 153-169, 1983.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro: Editora Record LTDA, 2001.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ (SEPLAG/RS). Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em <[www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp](http://www.seplag.rs.gov.br/atlas/default.asp)> Acesso em 10 dez. 2011.

WORLD BANK INSTITUTE (WBI). *Introduction to Poverty Analysis*, 2005. Disponível em:<[http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung\\_0603/Hu\\_0603/HandbookPovertyAnalysisEng.pdf](http://info.worldbank.org/etools/docs/library/93518/Hung_0603/Hu_0603/HandbookPovertyAnalysisEng.pdf)>. Acesso em: 10 de dez. 2011.

---

<sup>i</sup> As autoras agradecem o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e a colaboração na pesquisa de campo de Alequessandra Medianeira Conceição Camargo.

<sup>ii</sup> Ver Alkire e Foster (2009) para o desenvolvimento de um índice de desenvolvimento humano ajustado para refletir a distribuição das realizações do desenvolvimento humano entre a população e entre as dimensões.

<sup>iii</sup> Para uma discussão sobre a abordagem do bem-estar social (*social welfare*) e a abordagem da contagem (*counting approach*) para a privação multidimensional ver Atkinson (2003).

<sup>iv</sup> Ver Ottonelli et al. (2010).

<sup>v</sup> Também enfatizado por Ravallion (2010).